COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 2.649, DE 2007 (apensados: PL nº 3.807 e PL nº 3.853, ambos de 2008)

Acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, para autorizar a movimentação da conta vinculada por motivo de nascimento de filho ou casamento.

Autor: Deputado WALTER BRITO NETO

Relatora: Deputada FLÁVIA MORAIS

I - RELATÓRIO

O presente projeto visa a acrescentar incisos ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990, a fim de permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, por motivo de nascimento de filho ou de casamento.

Em sua justificativa, o autor alega que, *conquanto ao longo dos anos as hipóteses de saque tenham sido ampliadas, a fim de cumprir os fins de regência da norma, houve uma retração quanto à possibilidade de movimentação da conta fundiária por motivo de casamento (hipótese que era permitida, no caso de empregado do sexo feminino, quando da vigência da Lei nº 5.107/66, Art. 8º, inciso II, alínea “e”).*

À proposição foram apensados os seguintes projetos:

- **PL nº 3.807, de 2008**, de autoria do Deputado Rogerio Lisboa, que *Altera as Leis nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que trata do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; e 4.749, de 12 de agosto de 1965, que dispõe sobre o pagamento da Gratificação prevista na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962;*
- **PL nº 3.853, de 2008**, de autoria do Deputado Valdir Colatto, que *Acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº*

40A8FDEB52

40A8FDEB52

8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, para autorizar a movimentação da conta vinculada por motivo de casamento.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas aos projetos.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Em nossa primeira manifestação sobre a matéria fomos pela sua aprovação nos termos de um substitutivo.

Porém, analisando melhor a questão, chegamos à conclusão de que a proposta não merece prosperar apesar da boa intenção dos autores em querer beneficiar os trabalhadores, principalmente, os de baixo poder aquisitivo nas ocasiões de casamento e de nascimento de filhos, possibilitando-lhes o saque do saldo de suas contas vinculadas no FGTS.

O trabalhador já pode usufruir dos recursos do FGTS, diretamente, na forma de saque, em caso de dispensa sem justa causa, principal objetivo do Fundo, e em mais 16 outras situações como a aquisição da casa própria, acometimento de doenças, aposentadoria etc.

Indiretamente, o trabalhador, notadamente o de baixo poder aquisitivo, usufrui dos recursos do FGTS na forma de moradia popular, saneamento básico e infraestrutura urbana, mediante investimentos realizados pelos Estados e Municípios. Para esse fim, em 2011, foram aplicados 34,9 bilhões de reais, que resultaram na construção de 495,2 unidades habitacionais, na geração de 1.248.571 postos de trabalho, beneficiando 19.082.268 pessoas, participantes e não participantes do Fundo.

Além disso, em 2011, os recursos do FGTS foram utilizados no desconto de financiamento da casa própria para 365,9 mil mutuários com renda familiar de até seis salários-mínimos. Para tanto, foram gastos 5,4 bilhões de reais, nos termos do § 6º do art. 9º da Lei nº 8.036, de 1990, ao estabelecer que, *“mantida a rentabilidade mínima, as aplicações em habitação popular poderão contemplar sistemática de desconto direcionada em função da renda familiar do beneficiário, onde o valor do benefício seja concedido mediante*

40A8FDEB52

40A8FDEB52

redução no valor das prestações a serem pagas pelo mutuário ou pagamento de parte da aquisição ou construção de imóvel". No que diz respeito à aquisição de casa própria, os recursos do Fundo foram utilizados no financiamento do programa Minha Casa Minha Vida.

Ou seja, hoje, o FGTS, além de assegurar um pecúlio para atender ao trabalhador em situações prementes, representa uma fonte de recursos de suma importância para toda a sociedade brasileira, que dela se beneficia, principalmente com a oferta de moradia, o que resulta em investimentos públicos, em saneamento básico e infraestrutura urbana.

Isso só é possível justamente pela acumulação de valores, na contramão da presente proposta que poderá causar a pulverização do Fundo, e até inviabilizá-lo, sem, contudo, de fato, beneficiar o trabalhador.

Ante o exposto, somos pela **rejeição** dos Projetos de Lei nºs 2.649/2007, 3.807/2008 e 3.853/2008.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputada FLÁVIA MORAIS
Relatora

40A8FDEB52

40A8FDEB52